

IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE

O mais vasto império da Antiguidade e o segundo berço da cultura ocidental, logo após a Grécia. Tem como marco inicial a lendária fundação da cidade-estado de Roma, em 753 a.C., que se torna o centro político do império. Sua queda, em 476, inaugura a Idade Média. Entre seus legados encontram-se o latim, idioma que dá origem a várias línguas contemporâneas, e o Direito Romano, que serve de base para quase todos os sistemas jurídicos ocidentais.

Expansão territorial – Durante a república, a política expansionista romana é baseada no interesse dos patrícios em expandir seus negócios. Após longas lutas, Roma se apodera da Península Itálica, em 275 a.C. Os territórios dominados formam uma confederação que supre a administração central com impostos e fornece homens ao exército. Em 264 a.C., o interesse pela conquista da Sicília, ponto estratégico para o comércio do Mediterrâneo, coloca Roma em conflito com Cartago, que dominava o Mediterrâneo central, dando início às Guerras Púnicas (264 a.C.-146 a.C.). Vencedora, Roma ocupa a Espanha, o sul da Gália e o Mediterrâneo oriental.

As numerosas conquistas afetam profundamente a estrutura e o modo de vida dos romanos. Roma deixa de ser agrária para se tornar mercantil, urbana e luxuosa. Em função do comércio, a agricultura se especializa em torno de alguns produtos, como oliva, uvas e frutas. O afluxo de escravos cresce tanto que o escravagismo torna-se o modo de produção dominante, levando pequenos e médios proprietários à falência. Estes fixam-se nas cidades, originando uma massa de elementos socialmente instáveis e de fácil manipulação. O Exército vira uma instituição poderosa. Generais e comandantes enriquecem, ganham prestígio e muitos iniciam carreira política. Surge uma nova classe social, os homens novos, comerciantes de origem plebéia que passam a dominar a economia e disputar o poder político com os patrícios.

O período de disputa pela hegemonia política entre homens novos e patrícios é acompanhado por uma guerra civil. Nesse contexto surge o Primeiro Triunvirato, formado por Crasso, Pompeu e Júlio César. Crasso morre em 53 a.C. César vence Pompeu e seus filhos na Espanha e na África, retornando a Roma como ditador, em 46 a.C. Realiza um vasto programa de obras públicas e reformas na sociedade romana. É assassinado em 44 a.C., em pleno Senado, na tentativa de estabelecer uma monarquia hereditária.

Lépido, Marco Antônio e Otávio formam o Segundo Triunvirato em 43 a.C. Três anos depois, os domínios de Roma são divididos. Marco Antônio fica com o Oriente, Lépido com a África e Otávio com o Ocidente. Lépido é afastado em 36 a.C. e Marco Antônio é vencido por Otávio em 31 a.C. Otávio inicia várias manobras políticas junto ao Senado, que acaba lhe atribuindo plenos poderes. Em 27 a.C., recebe o título de Augusto (divino).

Império – Otávio Augusto promove uma série de reformas políticas que fortalecem ainda mais o seu poder. Cria novas estruturas sociais, patrocina a cultura e organiza um exército de 300 mil homens. Os outros governantes dessa Dinastia são Tibério (14-37), Calígula (37-41), Cláudio (41-54) e Nero (54-68). Seguem-se as dinastias dos Flávios (69-96) e dos Antoninos (96-192).

Com os Antoninos o Império vive o chamado Século de Ouro (I e II d.C.). Roma atinge sua maior extensão territorial com Trajano (98-117). Além de pacificar o Império, Adriano (117/138) faz uma reestruturação política e militar e a codificação do Direito Romano. Sob o reinado de Marco Aurélio (161-181) há um grande progresso cultural. Na dinastia seguinte, dos Severos (193-235), a fragilidade da economia, a

desigualdade social, a corrupção do sistema e a politização do Exército começam a abalar a estrutura do Império.

Com o fim da expansão territorial, o número de escravos diminui, afetando diretamente a produção agrícola e o comércio. O Império, que vivia basicamente dos tributos cobrados, é obrigado a emitir moedas, desencadeando um processo inflacionário. A solução encontrada pelos latifundiários é um tipo específico de arrendamento, chamado Colonato: os camponeses pagavam o uso do solo com o trabalho gratuito de alguns dias por semana nas terras do proprietário. As Villas, nome dado aos latifúndios arrendados, tornam-se centros econômicos e sociais. Eram voltadas para a auto-suficiência e tendiam a organizar sua própria defesa.

Nessa época os contingentes militares são reduzidos, o que facilita ainda mais a penetração de povos bárbaros. A crise é acentuada pela popularização do cristianismo e por uma anarquia militar entre 235 e 284, fruto da disputa dos exércitos pelo poder imperial de seus comandantes.

Cristianismo em Roma – O cristianismo chega a Roma pelo Oriente por volta do ano 50 d.C. É combatido pelos romanos por ser monoteísta, condenar a escravidão e negar o caráter divino do imperador. Apesar das perseguições, iniciadas por Nero e acirradas em governos posteriores, a idéia de vida após a morte difunde-se entre os plebeus e a religião é cultuada nas catacumbas. Em 313, o imperador Constantino concede-lhes liberdade de culto (Édito de Milão). Em 327, pelo Concílio de Nicéia, a Igreja Católica é fundada e firma-se o Credo. Em 392, o imperador Teodósio elege o cristianismo como religião oficial do Império.

Em 395, acossado pelas migrações e invasões dos bárbaros, Teodósio divide o Império em Império Romano do Ocidente, com centro em Roma, e Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, com capital em Constantinopla. O Império do Ocidente subsiste por 80 anos e se extingue em 476, com a deposição de Rômulo Augústulo, o último imperador romano. A sua queda marca o fim da Antiguidade e o começo da Idade Média.

Civilizações ocidentais antigas

São as civilizações que se desenvolvem na Europa entre 3.000 a.C. e 476, quando ocorre a queda do Império Romano do Ocidente. As principais são a grega, na Península Balcânica, e a romana, na Península Itálica. O apogeu da civilização grega ocorre entre os séculos V a.C. e IV a.C., e o da romana, nos séculos I e II.

Grécia – Por volta de 3.000 a.C., disseminam-se na península povoados fortificados de tribos de cultura agrária. Entre 1.600 a.C. e 1.200 a.C., ocorrem migrações de povos nômades de origem indo-européia, como os aqueus, os jônios, os eólios e os dórios. Por volta do século VIII a.C., passam a constituir a cidade-estado (pólis), forma política que marca a vida da Grécia. As duas cidades-estados mais importantes são Esparta (oligárquica e agrícola) e Atenas (democrática e comercial).

Expansão grega – Durante os séculos VII a.C. e V a.C., ocorrem migrações de populações gregas a vários pontos do Mediterrâneo, como resultado do crescimento da população, das brigas internas, da necessidade de novas terras agrárias e do progresso técnico. Os gregos fundam colônias na Trácia (na costa da Macedônia e ao norte do Mar Egeu), no sul da Península Itálica e na Ásia Menor (atual Turquia). O conflito entre as colônias da Ásia Menor e o Império Persa resulta nas Guerras Médicas (492 a.C. e 448 a.C.), vencidas pelos gregos. As rivalidades político-econômicas entre Atenas e Esparta dão origem à Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.), vencida por Esparta. Invasões pelos macedônios em 359 a.C., as cidades-estados sucumbem a Felipe II (359 a.C.-339 a.C.): inicia-se o Império Macedônico. Seu filho, Alexandre, o Grande (356 a.C.-323 a.C.), continua a expansão e conquista o Império Persa e parte da Índia, formando o maior império conhecido até então. Com sua morte, os seus

gerais dividem o império em quatro reinos (Reino do Egito, da Macedônia, da Síria e de Pérgamo) e inicia-se o Período Helenístico. Nessa fase, a cultura grega funde-se com a do Oriente Médio e passa a ter Alexandria como centro principal. As ciências, em especial a Matemática, atingem um período áureo de desenvolvimento e as artes apresentam modificações, como a introdução do sentimento humano. Enfraquecidos por lutas internas, os reinos são submetidos por Roma nos séculos II a.C. e I a.C.

Sociedade grega – Os gregos cultivam oliveiras, trigo e vinhedos. Seu artesanato, especialmente a cerâmica, tem ampla difusão pelo Mediterrâneo. O comércio marítimo é a principal atividade econômica, o que resulta no aparecimento de padrões monetários e moedas de metal. Em todos os setores da economia, os gregos utilizam a mão-de-obra escrava. Cada pólis tem sua própria instituição política, organização social, divindade protetora, economia que busca a subsistência e uma área rural e urbana bem-definidas.

A sociedade grega cria os Jogos Olímpicos, desenvolve a narrativa mitológica (relatos fantásticos em que convivem, lado a lado, homens, deuses e semideuses), a dramaturgia (que deu origem à tragédia e à comédia), a poesia, a História, as artes plásticas (ver Arte Antiga) e a Arquitetura. Dedicam-se ao estudo da Filosofia, Astronomia, Física, Química, Medicina, Mecânica, Matemática e Geometria. A religião é politeísta, mas Zeus é o deus principal.

Roma – Segundo a lenda, Roma é fundada em 753 a.C. pelos gêmeos Rômulo e Remo. Os dois são atirados recém-nascidos ao Rio Tibre pelo usurpador do trono de seu avô em Alba Longa. Amamentados por uma loba e criados por camponeses, fundam a cidade depois de reconquistar o trono. Historicamente, Roma resulta do encontro de três povos diferentes que habitavam a Península Itálica: os etruscos, de origem asiática, ao Norte; os gregos, na região conhecida como Magna Grécia, ao sul; e os Itálicos, de origem indo-européia, ao centro, subdivididos em latinos, úmbrios, sabinos e samnitas. A cidade-estado nasce de uma fortificação latina erguida às margens do Rio Tibre para evitar ataques etruscos. Inicialmente sua sociedade é dividida em uma elite patrícia (os proprietários de terra), clientes (parentes pobres, dependentes dos patrícios) e plebeus (artesãos, comerciantes e pequenos proprietários). Adota a monarquia como sistema político e sua economia é agrária.

Entre 753 a.C. e 509 a.C., Roma tem sete reis, quatro latinos, no início do período, e três etruscos. O governo é exercido por um rei vitalício eleito por uma assembleia popular, e pelo Senado, que congrega apenas patrícios. Diante da centralização do poder na mão desses três reis etruscos, os patrícios derrubam a monarquia por meio de um golpe e implantam a república.

República – Essencialmente aristocrática, a república (509 a.C.-27 a.C.) tem o Senado como órgão supremo de governo, no qual os senadores exercem sua função em caráter vitalício. São responsáveis pela preservação da religião, supervisionam as finanças públicas, dirigem a política externa e administram as províncias. As funções executivas de governo são distribuídas entre os membros de uma estrutura burocrática chamada Magistratura. Os magistrados mais importantes são os cônsules, que possuem o poder imperium (poder militar exercido fora de Roma), e potestas (administração, polícia e justiça dentro da cidade). Os outros ocupantes da Magistratura são os pretores, os censores, os questores, os edis e os tribunos da plebe. Os tribunos surgem ao longo do período da república, em consequência da luta dos plebeus por direitos políticos.

Em sua primeira manifestação, os plebeus abandonam a cidade e retiram-se para o Monte Sagrado, uma das sete colinas que formavam a cidade, em 494 a.C. A ausência de homens no Exército e a constante ameaça do inimigo fazem com que os patrícios concedam aos plebeus o direito de veto a atos do Senado. A segunda concessão é a Lei das Doze Tábuas. As leis, até então transmitidas por via oral e totalmente manipuladas pelos patrícios, passam a ser escritas e públicas. As tábuas ficavam

expostas no Fórum Romano, no centro da cidade. A terceira grande concessão ocorre em 287 a.C. É aprovado o Plebis Dictum (plebiscito), que institui que as leis passem a ser votadas pela plebe. Outras medidas importantes na igualdade entre patrícios e plebeus são a Lei Canuléia (igualdade civil), a Lei Licínia (igualdade política) e a Lei Ogúlnia (igualdade religiosa).

Expansionismo – A partir de 510 a.C., Roma dedica-se à conquista de toda a Península Itálica. Em 26 a.C. volta-se contra Catargo, iniciando as Guerras Púnicas, vencidas por Roma. De 200 a.C. até o fim do Império Romano do Ocidente, em 476, atravessa seis séculos de contínua expansão territorial, formando um reino ainda mais vasto que o de Alexandre, o Grande. Os romanos conquistam a Macedônia e a Grécia, a Ásia Menor, o Egito, a Cirenaica (atual Líbia), a Península Ibérica, a Gália (França), a Germânia (Alemanha), a Ilíria (Albânia), a Trácia, a Síria e a Palestina. Transformam a Mauritânia, a Capadócia, a Armênia, os Partos e o Bósforo em reinos vassalos.

Fim da República – Nos séculos III a.C. e II a.C., as reformas defendidas pelos irmãos Tibério e Caio Graco em benefício da plebe e as lutas entre patrícios e plebeus enfraquecem o Senado. Em 46 a.C., Júlio César (100 a.C.-44 a.C.) põe fim à república e torna-se ditador. É assassinado dois anos depois. Emílio Lépido, Marco Antônio (82 a.C.-30 a.C.) e Otávio (63 a.C.-14) passam a dominar por meio de um triunvirato. Disputas internas levam à repartição dos domínios de Roma, em 40 a.C.: Marco Antônio fica com o Oriente, Lépido com a África e Otávio com o Ocidente. Em 27 a.C., Otávio recebe o título de Augusto (filho divino). Inicia-se o Império Romano.

Sociedade romana – A economia é basicamente agrária e pastoril durante a monarquia. A sociedade divide-se em romanos livres e escravos. Entre os romanos livres estão os patrícios (nobreza territorial e militar) e os plebeus. Entre estes últimos estão os camponeses (pequenos proprietários ou lavradores das terras públicas), os artesãos e os soldados das centúrias. Além do escravismo, utilizam o clientelismo, no qual cidadãos livres trabalham nas terras privadas em troca de parte do que produzem e de proteção. Durante a república, Roma deixa de ser agrária e torna-se mercantil e urbana. Em função do comércio, a agricultura especializa-se em alguns produtos, como a azeitona e a uva. O escravismo torna-se o modo de produção dominante, levando pequenos e médios proprietários a mudarem-se para as cidades. O Exército vira uma instituição poderosa. Os “homens novos”, comerciantes de origem plebéia, passam a dominar a economia. No século III, o escravismo é substituído pelo colonato – servidão voluntária baseada na clientela.

Entre as contribuições dos romanos destacam-se o Direito – base do sistema judiciário ocidental – e o alfabeto latino. Desenvolvem a arquitetura com arcos e abóbadas, o mural decorativo, a pintura de afrescos e a escultura. A religião é politeísta, com sacrifícios rituais, e seus deuses equivalem às divindades gregas. Durante o império, assimilam cultos orientais e também o cristianismo.

Neoliberalismo

Doutrina político-econômica elaborada em 1938 para adaptar o modelo liberal às novas condições do capitalismo do século XX. As bases da doutrina são lançadas durante o Colóquio Walter Lippmann, encontro de intelectuais liberais realizado na França naquele mesmo ano.

Uma das inovações do modelo em relação ao liberalismo é a intervenção indireta do Estado na economia para garantir a sua sobrevivência, já que os neoliberais não confiam na autodisciplina espontânea do sistema. O controle de preços é a peça-chave da economia e a função do Estado é manter o equilíbrio dos preços por intermédio da estabilização financeira e monetária, obtida basicamente com políticas antiinflacionárias e cambiais.

A liberdade econômica das empresas e as leis de mercado continuam como dogmas no neoliberalismo. A nova doutrina atribui ao Estado a função de combater os excessos da livre concorrência e o controle de mercados pelos grandes monopólios. Um dos instrumentos para disciplinar a economia é a criação de mercados concorrenciais por meio de blocos econômicos, como a União Europeia (UE).

Para os neoliberais, o Estado não deve desempenhar funções assistencialistas, o que resultaria numa sociedade completamente administrada e, portanto, antiliberal. É a sociedade civil que deve buscar novas formas de resolver seus problemas. Ao Estado cabe apenas a tarefa de garantir a lei comum, bem como equilibrar e incentivar as iniciativas da sociedade civil. Os dois maiores expoentes do neoliberalismo na política são o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan e a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher.